



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

17 DE JANEIRO DE 2019

Pelas vinte horas e trinta minutos do décimo sétimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão extraordinária, nas instalações da Junta de Freguesia, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

Estiveram presentes: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Luís Filipe Gomes Ferreira -----

Óscar Bruno Coelho Antunes -----

Deldina Filomena Fontes Barroso -----

Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos -----

Daniel Alexandre Brás Magalhães Nunes -----

Isabel Maria Dionísio da Silva Mendes -----

João António Pereira Calheiros -----

Sebastião José Gonçalves Carqueja -----

Maria da Conceição Adão Cardoso -----

PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Luís Filipe da Costa Vieira da Silva -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

Pedro Afonso de Albuquerque Amaral e Almeida -----

Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias -----

Ana Maria da Mota Monteiro -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Nuno Ricardo Araújo de Brito -----

Alexandra do Almurtão Coelho Lourenço Jóia -----

Luís Carlos Vaz Ribeiro -----

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – PCP-PEV -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

BLOCO DE ESQUERDA -----

Ana Sofia Mealha Afonso Cortes -----

Pedidos de substituição: -----

PS – PARTIDO SOCIALISTA -----

Ana Paula da Conceição Barbosa -----

Manuel Maria Pinto Coelho Amaro de Oliveira -----



PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

Rui Alexandre Leal dos Santos Leitão Marques -----

CDS-PP.MPT.PPM – NOSSA LISBOA -----

Luís Filipe da Silva Neto -----

O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Pedro Amaral e Almeida, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, dando conta das substituições pontuais no plenário e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

Ponto 1. Discussão e deliberação sobre a proposta das Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2019; -----

Ponto 2. Discussão e deliberação sobre a proposta do mapa de pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2019; -----

Ponto 3. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de Lisboa, no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) para o ano letivo 2018/2019; -----

Ponto 4. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de Lisboa, no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF) para o ano letivo 2018/2019; -----

Ponto 5. Discussão e deliberação sobre o protocolo de colaboração a celebrar com LXC-Academia de Ciclismo de Lisboa, Associação (LXCycling); -----

Ponto 6. Discussão e deliberação sobre o protocolo de colaboração a celebrar com Corpo Nacional de Escutas (C.N.E.) – Escutismo Católico Português, Agrupamento 705 São Domingos de Benfica; -----

Ponto 7. Discussão e deliberação sobre o protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação Benfica, no âmbito do projeto “Para ti Se não faltares!”; -----

Ponto 8. Informação Escrita do Presidente da Junta relativa ao 4º trimestre de 2018. --

1. Discussão e deliberação sobre a proposta das Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2019. -----

O **Presidente da Mesa** passou a palavra a **Mário Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que retomando a apresentação deste ponto transitado da pretérita sessão da Assembleia de Freguesia, referiu que as Opções do Plano e Orçamento foram previamente discutidos com as várias forças políticas na Oposição, com o objetivo de tentar encontrar um consenso alargado relativamente às propostas a incluir nos documentos previsionais. Neste âmbito, um dos temas abordados foi o Fundo Social de Freguesia, que engloba um conjunto de ações já previstas na área da ação social local, cumprindo as regras do Fundo Social de Emergência da Câmara Municipal de Lisboa,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

além de um conjunto de ações promovidas com o apoio da Santa Casa da Misericórdia e da Fundação Aga Khan. Numa vertente de desenvolvimento com maior interação com a sociedade civil, pretende-se criar um grupo de trabalho para identificação de necessidades futuras, para antecipação de situações não previstas nos atuais critérios, para prevenir que estas cheguem a um estado de emergência social. Paralelamente, será iniciado um trabalho de identificação de necessidades com o objetivo de se vir a implementar um projeto aprovado em sede de Assembleia Municipal de Lisboa, relativo à Rede de Cuidadores. Relativamente ao plano de voluntariado sénior, a Junta de Freguesia tem vindo a incrementar a sua bolsa de voluntários, num trabalho efetuado através da Academia de São Domingos de Benfica, Universidade Católica e Associação "Amigos Improváveis", com o objetivo de apoiar a população sénior e estimular a sua atividade e participação. No que respeita à integração de colaboradores com vínculo precário, explicou ter sido concluído o processo referente ao pessoal do quadro não técnico. Já no que diz respeito ao concurso para admissão de quadros técnicos, a Junta de Freguesia teve que recorrer à colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, que disponibilizou os técnicos necessários à constituição do júri para o concurso, pelo que estão reunidas as condições para que o procedimento avance, estando apenas dependente da aprovação do Orçamento da Junta de Freguesia. Relativamente à incubadora do Mercado de Inovação, informou que irá ser proposta, numa próxima Assembleia de Freguesia, uma alteração ao seu regulamento, para que esta possa ter um impacto mais notório junto da população residente na freguesia. Aproveitou para dar nota de que estando ainda vários processos em fase de avaliação, foram já contabilizados cerca de cinquenta projetos empresariais cujo modelo de negócio se encontra em fase de desenvolvimento, dos quais vinte e sete já se encontram mesmo em fase de contratualização. Destacou ainda o projeto "Startup Voucher", que engloba cinco projetos distintos, que correspondem a uma fatia considerável da quota disponibilizada para a cidade de Lisboa, num total de vinte e cinco projetos. Dos restantes vinte e dois projetos em fase de incubação, referiu que doze destes foram apresentados por residentes na Freguesia de São Domingos de Benfica, os quais poderão vir a ser beneficiados pelos critérios de seleção que invocam a pertinência e benefício para o território da freguesia. Sobre a possibilidade de alargamento do horário de funcionamento da Junta de Freguesia, indicou que não obstante o interesse do Executivo, esta é uma decisão que não poderá ser tomada unilateralmente, pelo que o assunto estará a ser discutido com as associações sindicais. Passando para aquilo que são os projetos estruturantes para o mandato, e começando pela área do estacionamento, declarou ser intenção do Executivo promover a criação de mil novos lugares de estacionamento na Freguesia de São Domingos de Benfica. Sobre este



Handwritten signature

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

tema, recordou que no final do ano de 2018 foi inaugurado um parque de estacionamento no Bairro D. Leonor com capacidade para cento e dois lugares, para moradores e detentores de bilhete diário, e que há cerca de um ano foi igualmente inaugurado na Estrada da Luz um parque com setenta e seis lugares de estacionamento junto às Torres de Lisboa. Sendo certo que os mil lugares referenciados não são de todo suficientes para dar resposta às necessidades da freguesia, serão aqueles que a médio prazo poderão ser criados através de intervenção no espaço público, naquilo que são as competências e a capacidade financeira da Junta de Freguesia. Relativamente ao Parque Bensaúde, foi já assinado o contrato de delegação de competências para esta intervenção, pelo que em breve será lançado o respeito procedimento concursal. Mais informou estar em curso a tramitação processual para adjudicação da obra de requalificação do Mercado São João, perspectivando-se que esta ainda se possa iniciar durante o mês de janeiro. No que respeita à replantação de árvores, não tendo a Junta de Freguesia competências diretas nesta matéria, limitar-se-á a acompanhar o desenvolvimento do plano elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa no decurso de 2019. Está também a ser desenvolvido um processo de controlo dos sistemas de rega nos espaços verdes da freguesia, para otimização da quantidade de água utilizada, que já tendo apresentado alguns resultados positivos, se perspetiva que até ao final do ano se consiga reduzir significativamente o consumo de água para rega automática. Encontra-se a decorrer a instalação de eco-ilhas subterrâneas em toda a cidade de Lisboa, com alguns destes equipamentos já instalados na Freguesia de São Domingos de Benfica, estando prevista a sua colocação em outras zonas consideradas prioritárias. Referiu que no último trimestre de 2018, findas as restrições impostas pela Câmara Municipal de Lisboa em termos de poupança de água, reiniciou-se o plano de lavagem de ruas, acompanhado por uma pronta intervenção em situações pontuais emergentes. No que diz respeito à limpeza de sarjetas, tem vindo a ser posto em prática o planeamento utilizado em anos anteriores, com resultados manifestamente satisfatórios. Existindo propostas adicionais oriundas das forças políticas na Oposição que ultrapassam as competências e a capacidade de intervenção da Junta de Freguesia, declarou que esta continuará a evidenciar total disponibilidade para acompanhar os movimentos políticos e de cidadãos, no sentido de reivindicar junto das entidades competentes a resolução de problemas que interferem diretamente na qualidade de vida dos residentes na freguesia. Resumindo os grandes números do Orçamento da Junta de Freguesia para 2019, prevê-se uma receita corrente na ordem dos quatro milhões, setecentos e oitenta e três euros (4.783.000,00€) e uma receita de capital de cerca de seiscentos e cinquenta e quatro mil euros (654.000,00€), num total de sensivelmente de cinco milhões, quatrocentos e trinta e oito mil euros (5.438.000,00€). Alocada esta verba



Handwritten signature and initials

à parte da despesa, esta será distribuída essencialmente pelos encargos com pessoal de dois milhões, quinhentos e dezanove mil euros (2.519.000,00€), valor que irá aumentar com a integração no quadro de pessoal dos colaboradores com vínculo laboral precário), outra despesa corrente de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€), e despesas de capital de um milhão, cento e treze mil euros (1.113.000,00€). -----

Aberta a discussão sobre este ponto, toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que começou por questionar em que locais está prevista a colocação dos novos contentores subterrâneos na freguesia. No âmbito da discussão sobre as necessidades de estacionamento, perguntou se a Junta de Freguesia prevê encetar um diálogo com a Carris no sentido de serem criadas as carreiras de bairro. Em seguida, sublinhou que a presente proposta de Orçamento não prevê a integração de todos os colaboradores com vínculo precário, pelo que questionou qual a resposta que a Junta de Freguesia irá dar à situação dos trinta e sete funcionários da área da educação que alegadamente ficaram de fora do programa de regularização de vínculos precários. ----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que chamou a atenção para a rubrica referente a mercados e feiras, em que apesar da unidade orgânica apresentada ter uma verba atribuída para um funcionário, não é efetuada a devida correspondência ao Mapa de Pessoal, onde não é feita qualquer referência a este posto de trabalho. Passando para a área do desporto e associativismo, indicou não estar associada a esta unidade orgânica a verba para a Segurança Social, atendendo à previsão de contratação de um colaborador para esta área. Expressou o seu desejo de que a execução do Orçamento proposto venha revelar que este é mais do que uma mera declaração de intenções. ---- Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que solicitou informações adicionais, eventualmente não discerníveis na análise aos documentos previsionais, sobre a situação da Praça General Humberto Delgado e do antigo edifício da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que começando por saudar a participação cívica dos cidadãos que compareceram a esta sessão da Assembleia de Freguesia, solicitou em seguida um esclarecimento relativamente à convocatória para a presente reunião, visto que se tratando de uma Assembleia Extraordinária com uma nova ordem de trabalhos, deveria ter sido anexada à convocatória uma nota que esclarecesse que a documentação relativa aos pontos da ordem de trabalhos não seria enviada por corresponder àquela que já teria sido enviada anteriormente, por ocasião da convocatória para uma sessão anterior. Chamou particular atenção para o Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, uma vez que terão sido enviadas duas propostas com o mesmo número, mas que diferem naquilo que é o conteúdo da última página, pelo que perguntou qual das propostas será sujeita à apreciação e deliberação do plenário. -----



Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que introduziu a sua intervenção questionando se o contrato de delegação de competências para intervenção no Parque Bensaúde se refere às obras de requalificação dos passeios e outras intervenções programadas para o local, e se eventualmente estas incluem o projeto de instalação de um campo de padel, projeto sobre o qual indagou se já foi realizado o respetivo estudo de viabilidade financeira. Relativamente aos cinco projetos mencionados a propósito do Mercado de Inovação, solicitou informações adicionais sobre as áreas de atuação sobre as quais incidem e se há uma estimativa daquilo que poderá ser a faturação destas empresas. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que no seguimento das intervenções anteriores, veio requerer que o debate seja centrado na questão essencial da discussão sobre as Opções do Plano e Orçamento da Junta de Freguesia para o ano económico de 2019, sob pena de este se prolongar indefinidamente, sem resultados práticos. Quanto ao teor do Orçamento em si, declarou que enquanto importante instrumento de trabalho, este traduz aquilo que são as opções políticas corajosamente assumidas pelo Executivo da Junta de Freguesia, e pelas quais serão escrutinados em futuras eleições, de acordo com os princípios democráticos fundamentais. Saudou o Executivo por ter iniciado o diálogo com os sindicatos tendo em vista o eventual alargamento do horário de funcionamento da Junta de Freguesia, o qual deverá levar em conta a necessária e salutar conciliação entre o trabalho e a família, de acordo com os princípios pelos quais se pauta o Partido Socialista. Concluindo a sua intervenção, apelou para que não se prolongue indefinidamente a discussão sobre um Orçamento que já foi amplamente debatido e esclarecido, não tendo sofrido qualquer alteração desde a última sessão em que foi apreciado. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia**, no uso da palavra, e começando com uma nota mais pessoal, assinalou a ausência de dignidade humana revelada por quem o terá acusado publicamente, através das redes sociais, de circular no Mercado de Natal em estado de embriaguez. Acrescentou que não se identifica com este tipo de política de baixo nível e sem qualquer credibilidade ou decência. Passando para a temática da apreciação do Orçamento da Junta de Freguesia, e atendendo às críticas que foram apontadas na última sessão da Assembleia de Freguesia a este elementar instrumento de trabalho, fez questão de referir que, ao contrário do que foi argumentado e utilizado como justificação para chumbar o Orçamento, a Junta de Freguesia não incorreu em qualquer ilegalidade na questão referente aos contratos de delegação de competências, que à semelhança do que acontece em todas as outras Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, foram negociados com a Câmara Municipal de Lisboa com toda a seriedade e transparência. Assinalou a variação no posicionamento político da Bancada do Partido



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Social Democrata, que concedeu um voto de confiança ao Executivo Socialista viabilizando o Orçamento para 2018, sendo que agora se recusou a acolher os esclarecimentos prestados em defesa da legitimidade do Orçamento para 2019, numa postura intransigente baseada numa argumentação inválida. A propósito do tema da negociação de contratos de delegação de competências com a Câmara Municipal de Lisboa, aproveitou para informar que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica conseguiu arrecadar uma verba de cerca de duzentos e trinta mil euros (230.000,00€) para a área da higiene urbana, quando a proposta inicial da Câmara Municipal se ficava pelos cento e trinta mil euros (130.000,00€). Explicou que a negociação dos termos deste contrato de delegação de competências levou em conta o facto de a Junta de Freguesia estar atualmente a realizar parte do trabalho que competiria à Câmara Municipal de Lisboa, no que concerne à recolha de lixo junto aos ecopontos ou limpeza das áreas circundantes ao Estádio do Sport Lisboa e Benfica. Explicou, porém, que estas verbas resultantes de contratos de delegação de competências só podem ser transpostas para o Orçamento quando ficam claramente definidas entre os órgãos autárquicos. Salvaguardando o facto de, naturalmente, o Orçamento espelhar as opções do Partido que lidera o Executivo da Junta de Freguesia, salientou o notório contrassenso em rejeitar um Orçamento, sem apresentação de quaisquer sugestões ou alternativas, mediante o argumento de que deveria ser retirado do mesmo determinado contrato de delegação de competências, contrato este que havia sido aprovado num ponto anterior da ordem de trabalhos da sessão em que este mesmo Orçamento foi chumbado, o que poderá ser visto como uma ilegalidade cometida pela Mesa da Assembleia na condução dos trabalhos. Reiterou que o Orçamento apresentado é legitimamente do Partido Socialista, integra de forma clara e transparente as opções políticas assumidas pelo Executivo, e não podendo ser comprovada qualquer ilegalidade na sua elaboração, esgotam-se os argumentos que conduziram à sua reprovação. No entanto, não deixou de se manifestar totalmente aberto e disponível para acolher quaisquer sugestões que sejam avançadas, sempre tendo por base de trabalho o Orçamento elaborado pelo Executivo Socialista. Por outro lado, visando o esclarecimento público e em especial dos residentes em São Domingos de Benfica, naquilo que é a sua representatividade nos órgãos autárquicos, fez notar que as Bancadas do PCP e do Bloco de Esquerda não apresentaram argumentos que justificassem o seu voto contra o Orçamento apresentado, postura que certamente terá repercussões e consequências junto da população e pela qual os Partidos terão que assumir responsabilidades políticas. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que sublinhando a importância de serem cumpridos todos os formalismos e normativos legais na apreciação e deliberação sobre



Antes
de

um instrumento tão importante para o funcionamento da Junta de Freguesia, fez notar que a proposta apresentada pelo Executivo nem sequer veio assinada. Reavivando a discussão em torno dos contratos de delegação de competências, explicou que estes são declarados extintos com a realização de eleições autárquicas, sendo que o seu clausulado impõe que caso determinadas obras protocoladas não sejam executadas, as verbas correspondentes deverão ser devolvidas à Câmara Municipal, podendo posteriormente ser elaborado e assinado um novo contrato de delegação de competências. Neste contexto, revelou que ainda está a aguardar a apresentação de documentos que conferiram à Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica legitimidade para utilizar a verba afeta a determinado contrato de delegação de competências em momento anterior à sua aprovação, e para intervenções distintas daquelas que teriam sido inicialmente acordadas, razão primordial pela qual a Bancada do PSD votou contra a aprovação deste contrato de delegação de competências em Assembleia anterior. Fez também questão de recordar que o PSD não foi a única força política a votar contra o Orçamento, contribuindo assim para a sua rejeição, e que embora a Bancada do PSD tenha apresentado propostas concretas, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, não recebeu nenhum documento escrito que indicasse a aceitação e integração de qualquer uma destas. Concluindo a sua intervenção, declarou que quando o Executivo apresentar um comprovativo documental que tenha viabilizado a continuação da utilização de verbas de um contrato de delegação de competências extinto, a Bancada do PSD estará preparada para se retratar publicamente por qualquer crítica injusta ou mal direcionada. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que no seguimento da intervenção do eleito Óscar Antunes, salientou que um Orçamento é um instrumento de trabalho que inclui tudo aquilo que um órgão executivo prevê executar durante um determinado ano, sendo que, num espírito democrático, embora o Orçamento seja efetivamente da força política que o apresenta, todos os quadrantes políticos são convidados a emitir as suas opiniões e observações de forma livre, isenta e independente. Aditou que o Orçamento é um documento que gera naturais expectativas, agrega vontades e dá respostas às necessidades da população, objetivo primário da função autárquica. Concluiu que em particular uma força política que não detém uma maioria absoluta deverá saber adotar uma postura de diálogo e estar aberta a contributos que visem melhorar os documentos apresentados. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que na sequência das declarações do eleito Miguel Matias sobre a Bancada do PSD ter voz própria, e chamando a atenção para aquilo que considera ser um comportamento político algo bipolar, solicitou esclarecimentos acerca dos critérios pelos quais a Bancada do PSD se guiou no ano



2018
HC

transato para viabilizar o Orçamento apresentado pelo Executivo. A este respeito, questionou quais as propostas concretas que a Bancada do PSD apresentou para melhorar o Orçamento – alegando não ter conhecimento de nenhuma destas – ou se eventualmente a única coisa negociada com o Executivo foram lugares na Mesa da Assembleia. Subscrevendo a afirmação do Executivo de que este será porventura o Orçamento apresentado de forma mais rigorosa nos últimos anos, perguntou o que levou a Bancada do PSD a conceder o benefício da dúvida ao Executivo num Orçamento anterior, alegadamente não tão rigoroso como este último. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que não deixando de assinalar o facto de todas as atenções estarem centradas no PSD, como se tivesse sido a força política a emergir vencedora nas últimas eleições autárquicas, explicou que relativamente ao Orçamento do ano transato, o PSD, após diálogo com a Técnica Oficial de Contas da Junta de Freguesia, requereu a retirada de uma verba de cerca de setecentos mil euros (700.000,00€) que estava considerada no Orçamento inicial como receita, sugestão que o Executivo acolheu. No entanto, o PSD não poderá continuar a dar o seu voto de confiança a um Orçamento que integra valores de um contrato de delegação de competências que não podem de momento ser confirmados, uma vez que ainda não foram disponibilizadas as contas do exercício de 2018, subsistindo sérias dúvidas sobre a legitimidade deste contrato. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo às intervenções efetuadas, começou por destacar aquilo que considera ser uma atitude irresponsável e incoerente da Bancada do PSD, indisponível para viabilizar um Orçamento até ter conhecimento dos documentos de prestação de contas do exercício transato, tendo pleno conhecimento de todas as situações que estão dependentes da aprovação do Orçamento, entre as quais a integração dos colaboradores com vínculo laboral precário, que assim veem as suas legítimas expectativas adiadas, situação para a qual também contribuíram o PCP e o Bloco de Esquerda com o seu voto contra o Orçamento, não obstante a acérrima e reiterada defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Defendendo o rigor e a transparência do Orçamento apresentado, fez notar que não foi apontada qualquer crítica por parte da Bancada do PSD à estrutura do documento, à dotação de determinada rubrica ou às opções políticas assumidas, sendo simplesmente invocados os mesmos argumentos relativos ao mencionado contrato de delegação de competências e à necessidade de confirmar a sua legitimidade através dos documentos de prestação de contas. Concluiu a sua intervenção dando nota de que independentemente de o Orçamento ser, ou não, aprovado, fará tudo ao seu alcance, através dos mecanismos legais apropriados, para regularizar com celeridade a situação dos colaboradores com vínculo precário. -----



Handwritten signature and initials

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que uma vez mais indagou acerca da disponibilidade do Executivo para regularizar a situação de todos os precários, sem exceção, para que todos estes venham a ter um contrato por tempo indeterminado. Em seguida, questionou qual o posicionamento do Executivo, e mais concretamente do Presidente da Junta de Freguesia, em relação à comunicação do Dr. João Pinheiro, ex-Presidente da Mesa da Assembleia, na qual referiu, entre outras coisas, não poder reconhecer validade ou legitimidade a condutas baseadas na omissão do cumprimento de deveres legais, como a promoção da concorrência e transparência nas contratações, ressarcimento da informação ou organização da atividade da freguesia a partir de factos ilícitos com repercussão fiscal, situações que geram fundada desconfiança relativamente aos procedimentos em curso na área da contratação pública e de gestão de recursos humanos, especialmente na contratação de serviços e bens, com dimensão relevante no Orçamento da Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que uma vez mais acusou a Bancada do PSD de adotar um comportamento incoerente, não só na tomada de decisão de viabilizar o Orçamento da Junta de Freguesia para 2018, mas também ao não marcar presença na reunião agendada para o dia 3 de janeiro para discussão dos assuntos referentes ao Orçamento. Referiu que o objetivo primário dessa reunião seria discutir com o Executivo, a quem cabe o papel de gerir a Junta de Freguesia devido à vitória nas eleições autárquicas, a inclusão em Orçamento e implementação de medidas que visem o bem-estar e qualidade de vida da comunidade, mediante o estabelecimento de acordos políticos que respeitem o sentido de voto da população. No entanto, o cumprimento do papel da Oposição nesta matéria perde grande parte da sua força quando apenas o CDS-PP comparece a essa mesma reunião. Face ao exposto, voltou a questionar quais as medidas concretas para a freguesia e para a comunidade que o PSD sugeriu para inclusão no Orçamento para 2018, visando a sua posterior aprovação. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que declarou que o Presidente da Junta de Freguesia não se poderá escudar no argumento da não aprovação do Orçamento para justificar a não integração de precários no quadro de pessoal, uma vez que poderá avançar para essa medida mesmo trabalhando com duodécimos. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que começando por vincar que o Orçamento em apreço reflete exatamente as opções políticas do Partido Socialista, declarou que a Bancada do Partido Social Democrata não se revê num conjunto de opções que não fazem justiça à Freguesia de São Domingos de Benfica. Trazendo à colação uma vez mais a questão dos contratos de delegação de competências, indicou que o PSD não se identifica com a priorização da intervenção na nova sede da Junta de Freguesia em detrimento da requalificação de seis largos e quatro ruas, que certamente



teriam maior impacto na qualidade de vida dos cidadãos. Assinalou ainda que o Orçamento para 2019 contempla uma verba de cento e vinte mil euros (120.000,00€) destinada tão somente à recuperação dos jardins da Quinta da Alfarrobeira, uma vez mais colocando de lado outros investimentos estruturantes para a freguesia. Completamente oposta à visão política do PSD para a Freguesia de São Domingos de Benfica é também a medida de se retirarem cerca de vinte mil euros (20.000,00€) aos orçamentos familiares, através do aumento da CAF e AEC's, opção que menos se compreende quando se constata o investimento anteriormente mencionado em jardins. Relativamente à integração de colaboradores com vínculo precário, e nomeadamente do quadro técnico, indicou que a explicação original do Executivo acerca do atraso neste processo assentava na necessidade de solicitar à Câmara Municipal alguns elementos para constituir o júri do concurso, nada tendo sido dito acerca de uma eventual não aprovação do Orçamento. Apontando, porém, outras razões pelas quais o PSD irá votar contra o Orçamento apresentado, destacou a descida exponencial da despesa com aquisição de bens de capital e da aquisição de bens e serviços, o aumento acentuado das despesas com pessoal – que com a integração dos precários fará com que mais de metade do Orçamento da Junta de Freguesia seja destinado a suportar encargos com pessoal – redução das verbas destinadas ao espaço público, mobilidade e espaços verdes e ação social. Concluindo a sua intervenção, lamentou que contra todas as expetativas da Bancada do PSD, o Executivo Socialista insista em apresentar à Assembleia exatamente o mesmo Orçamento, rejeitado em sessão anterior. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que assinalando a intransigência da Bancada do PSD, ressaltou que os elevados investimentos previstos para as áreas do espaço público e espaços verdes ficam a dever-se essencialmente ao pouco que foi feito nestas áreas quando o PSD assumiu os destinos da Junta de Freguesia no passado. Tendo plena consciência de que o Executivo acabará por ser criticado seja qual for a sua atuação em relação à gestão e manutenção dos espaços verdes, assumiu claramente a opção de apostar num serviço de qualidade, para benefício da população. Dando resposta à questão colocada pela eleita do PCP, explicou que as Juntas de Freguesia não trabalham em duodécimos, mas regem-se pelo Orçamento do ano transato, no caso de o novo Orçamento não se encontrar ainda aprovado. Assinalou a clara dissonância entre as críticas de que o Orçamento tem sido alvo, acusado de um lado de ser despesista, ambicioso e dificilmente exequível, e apontando-se, por outro lado, os cortes em determinadas rubricas consideradas essenciais, devido às limitações financeiras da Junta de Freguesia, que obrigam a que se tomem opções e se definam prioridades com os recursos disponíveis. Respondendo à eleita do Bloco de Esquerda, reiterou o compromisso de que a Junta de Freguesia



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

integrará todos os colaboradores com vínculos precários que se enquadrem nos critérios legais estabelecidos, ressalvando uma vez mais que esta situação está dependente da aprovação do Orçamento, sendo este o instrumento financeiro que suporta a concretização desta medida. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia em relação às críticas apontadas pela sua Bancada ao Orçamento, declarou que se este tivesse estado presente na sala por altura da discussão sobre o mesmo, teria tido a oportunidade de ver a apresentação, com utilização de recursos visuais, que o PSD preparou, com o histórico das variações orçamentais nos últimos anos. Em relação às críticas sobre a inação dos anteriores Executivos do PSD, fez notar que à data os Orçamentos da Junta de Freguesia quedavam-se pelos seiscentos (600.000,00€) a oitocentos mil euros (800.000,00€) anuais, em nada comparáveis com a dimensão atual da Junta de Freguesia, naquilo que são as suas atribuições e competências, com um Orçamento que ascende a cerca de seis milhões de euros (6.000.000,00€), acrescentando que com um Orçamento neste montante, a Junta de Freguesia não poderá alegar escassez de recursos financeiros, sendo a questão central as prioridades definidas e opções tomadas para a sua aplicação na freguesia. Vincou ainda que a partir do momento em que um Orçamento é aprovado na sua dotação global, o Executivo tem total liberdade para promover alterações orçamentais, com transferência de verbas entre rubricas. Por fim, em relação à reunião realizada no dia 3 de janeiro, argumentou que embora efetivamente essa proposta tenha sido efetuada na última sessão da Assembleia de Freguesia, a Bancada do PSD não recebeu qualquer confirmação formal da data e hora agendadas para a realização da mesma. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que esclareceu que todas as competências transferidas da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica foram devidamente aprovadas em sede de Assembleia de Freguesia, pelo que a Junta de Freguesia não poderá ser acusada de esconder alguma coisa ou de aceitar determinadas competências por mero interesse político, sendo que a aceitação de competências é simplesmente determinada pela pertinência para a freguesia, visando aquilo que poderá ser melhor para a sua população. Frisou que embora tenham sido realizadas algumas afinações na área administrativa, seria expectável que a vasta experiência autárquica dos membros da Assembleia de Freguesia lhes permitisse ter uma perceção mais abrangente daquilo que é a normal gestão de uma Junta de Freguesia. Sendo certo que a Junta de Freguesia dispõe hoje de um Orçamento muito mais avultado, também é verdade que assume muito mais responsabilidades na execução de diversas competências que anteriormente não estavam sob a sua alçada, sendo que em muitos dos casos a transferência destas



Handwritten signature and initials in the top right corner.

competências nem sequer é acompanhada do respetivo envelope financeiro indispensável à sua cabal execução. Acrescentou, porém, que a Junta de Freguesia está totalmente disponível e disposta para continuar o trabalho iniciado, e que mereceu o voto favorável da população que conduziu à reeleição do atual Executivo, sinal de que a população estará em consonância com as prioridades e objetivos traçados. Na área da limpeza e manutenção do espaço público, expressou todo o seu orgulho pelo facto de São Domingos de Benfica ter sido considerada a freguesia mais limpa da cidade de Lisboa, apesar dos constrangimentos anteriormente mencionados e sobejamente conhecidos. Por outro lado, afirmou que o argumento segundo o qual o Executivo outrora liderado pelo PSD dispunha de um Orçamento muito mais reduzido certamente não poderá servir como justificação para o facto de não ter sido assinado nenhum protocolo nem ter sido lançado qualquer procedimento concursal por esse mesmo Executivo. Mais declarou que sendo perceptível de antemão que uma vez mais as Bancadas na Oposição se preparam para rejeitar o Orçamento apresentado, e atendendo à postura intransigente evidenciada – em especial pela Bancada do PSD, que nem sequer deu resposta aos vários contatos efetuados em prol de um entendimento sobre as questões do Orçamento – qualquer discussão sobre o tema revela-se inútil e inconsequente, pelo que lançou o desafio à Bancada do PS no sentido de se abster de responder às interpelações da Bancada do PSD. -----

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, que chamando a atenção para o discurso demagógico adotado pelo PSD na presente Assembleia, questionou se na deliberação sobre o presente Orçamento o PSD irá assumir uma postura verdadeiramente social democrata, ou se fará emergir a faceta do Partido que foi para além da *troika*, com claro prejuízo para a população. Respondendo ao eleito Miguel Matias, declarou que uma comparação séria e ponderada entre Orçamentos da Junta de Freguesia deverá levar em conta não só o seu valor global, mas também as responsabilidades e competências assumidas e executadas, e os respetivos custos e benefícios, considerando as devidas proporções. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que em resposta à interpelação do PSD acerca da força política que realmente está no poder, declarou que aquilo que verdadeiramente distingue o CDS-PP do PSD na Freguesia de São Domingos de Benfica é o trabalho apresentado, contabilizando até ao momento e só no corrente mandato setenta e uma recomendações, trinta e sete requerimentos (dos quais muito poucos obtiveram resposta), oito moções, sete protestos, dois votos de pesar e um voto de louvor, visando assuntos do particular interesse da população. Mais afirmou já ter compreendido que não existe, ou pelo menos não será dada uma resposta frontal à questão por si colocada, sobre quais os contributos efetivos da Bancada do PSD para



Handwritten signature and initials in the top right corner.

o Orçamento de 2018. Uma vez mais lamentou que os elementos ligados ao PSD não tenham comparecido à reunião agendada para o dia 3 de janeiro, a qual tinha por objetivo forçar o Executivo a ceder às pretensões de uma Oposição unida, em detrimento de protagonismos individuais. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que visando o cabal esclarecimento público, vincou que a verba anteriormente mencionada, na ordem dos cento e vinte mil euros (120.000,00€), não se destina à manutenção dos espaços verdes ao longo do território da freguesia, mas destina-se tão somente à recuperação dos jardins da Quinta da Alfarrobeira, valor que vem acrescer aos cerca de setecentos mil euros (700.000,00€) despendidos na requalificação do edifício e área envolvente. Sendo certo que a força política no Executivo tem o direito de exercer as suas próprias opções, obviamente que a Oposição terá igualmente todo o direito de não se identificar e de obstar a estas, sendo que em momento oportuno a população também será convidada a expressar-se acerca da continuidade em funções, por mais quatro anos, de um Executivo que prioriza um investimento de cerca de um milhão de euros (1.000.000,00€) na sede da Junta de Freguesia em detrimento de outras prioridades que vão ao encontro das expectativas e necessidades da freguesia e dos seus habitantes. No panorama nacional, registou que os cofres vazios e a intervenção da *troika* ficaram a dever-se a uma governação ruinosa do Partido Socialista. Voltando à questão sobre a integração de colaboradores com vínculo laboral precário, fez notar que a deliberação de Conselho de Ministros que enquadra esta medida reporta a 9 de fevereiro de 2017, pelo que, volvidos praticamente dois anos em que o Executivo já poderia ter aplicado integralmente esta medida, não poderá ser utilizado o argumento da rejeição do Orçamento para justificar a não integração da totalidade dos precários no quadro de pessoal da Junta de Freguesia. ---

Toma a palavra **Alexandra Jónia**, do CDS-PP, que chamou a atenção para o facto de esta ser a terceira sessão em que o assunto do Orçamento é discutido, não se registando uma evolução notória no debate, pelo que apelou à Bancada do PSD a reclamar de qualquer eventual ilegalidade junto dos organismos próprios, à semelhança do que o CDS-PP efetuou no passado, para que se possa de imediato passar à votação do presente ponto da ordem de trabalhos. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que à parte de qualquer crítica razoável às opções espelhadas no Orçamento da Junta de Freguesia, fez justiça à intenção de integrar um total de setenta e três colaboradores no quadro de pessoal, o que eventualmente poderá pesar na tomada de decisão em relação ao Orçamento apresentado. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019 aprovada



Handwritten signature and initials in the top right corner.

por maioria (*votos favoráveis do PS, votos contra do PSD, CDU e BE, e abstenções do CDS-PP*). -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que apresentou uma declaração de voto na qual referiu que o voto de abstenção fica a dever-se ao facto de o CDS-PP não se rever nas medidas orçamentais e nas opções tomadas, que considera não serem totalmente exequíveis. No entanto, numa lógica de política construtiva, o CDS-PP propôs um conjunto de medidas que visam melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e dos residentes na Freguesia de São Domingos de Benfica, sendo que numa louvável atitude conciliatória, o Executivo manifestou interesse na resolução dos problemas expostos, demonstrando maturidade política face à posição do CDS-PP. Em contraste com o ano transato, em que apenas foram discutidas entre os elementos do PS e do PSD posições na Mesa da Assembleia, o CDS-PP deixou bem claro que apenas o bem-estar dos fregueses e trabalhadores fariam com que viabilizassem o Orçamento. Entre as sugestões apresentadas, destacam-se a célere resolução dos conflitos existentes entre a entidade patronal e alguns colaboradores, mediante o agendamento de reuniões individuais visando um entendimento entre as partes, as quais serão acompanhadas pelo CDS-PP; implementação do projeto Rede de Cuidadores para combater o isolamento da população sénior na freguesia; aposta direccionada para os habitantes da Freguesia de São Domingos de Benfica no âmbito do projeto da incubadora de empresas, investindo-se numa mais assertiva e eficiente comunicação aos cidadãos, através dos canais disponíveis para o efeito. Referiu estar convicto da disponibilidade do Executivo para acolher outras propostas que eventualmente fossem apresentadas pelas diversas forças políticas, caso estas tivessem correspondido ao apelo de reunir no dia 3 de janeiro, lamentando-se particularmente a postura da Bancada do PSD, que não evidenciou qualquer interesse na resolução dos problemas da comunidade de São Domingos de Benfica. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que apresentou a sua declaração de voto, na qual reiterou que do ponto de vista do PCP, as Opções do Plano e Orçamento para 2019 não refletem as verdadeiras necessidades da freguesia e da sua população. Mais afirmou que as Opções do Plano e Orçamento apresentados não têm pontos de convergência assinaláveis com o programa eleitoral que o PCP apresentou para a freguesia. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que começando por indicar que a Bancada do PSD fará chegar uma declaração de voto formal por escrito, clarificou em seguida que em momento algum foi utilizada a expressão "ilegalidade" para caracterizar o Orçamento apresentado, tendo simplesmente sido suscitadas algumas dúvidas referentes à legitimidade da manutenção de um contrato de delegação de competências



[Handwritten signature]

alegadamente extinto por ocasião das últimas eleições autárquicas. Repondo a verdade dos factos, declarou que a reunião aparentemente realizada no dia 3 de janeiro não foi formalmente agendada, não tendo as diferentes forças políticas recebido qualquer convite para participar nesta, além de que já não haveria tempo útil para proceder a uma alteração ao Orçamento, de modo a que os documentos revisados pudessem ser atempadamente enviados e apreciados a tempo da realização da presente sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia. -----

O **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual referiu que a Bancada do PSD votou contra o Orçamento pelas razões evocadas na Assembleia anterior, e que se escusou a repetir. Manifestou-se particularmente surpreendido com a delonga na discussão do Orçamento na presente sessão, quando já no final da Assembleia de Freguesia anterior tinha ficado bem patente o entendimento que estaria a ser preparado entre o Partido Socialista e o CDS-PP, com a súbita proposta para uma reunião no dia 3 de janeiro, e na sequência, a solicitação do Executivo para agendamento de uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia. Por conseguinte, sendo manifestamente claro que o debate efetuado na presente sessão não passou de uma encenação política, assinalou a postura diametralmente oposta do CDS-PP, que passou de uma atitude claramente contra o Orçamento, na última Assembleia de Freguesia, para uma atitude de aceitação, talvez motivada por ter sido surpreendido pelo posicionamento de voto da Bancada do PSD. Concluindo a sua intervenção, aproveitou para estender cordiais cumprimentos a esta nova coligação entre o PS e o CDS-PP. -----

2. Discussão e deliberação sobre a proposta do mapa de pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2019. -----

O **Presidente da Mesa** passou a palavra ao Executivo para apresentação do ponto, que se colocou à disposição da Assembleia para esclarecer qualquer questão pertinente relativa ao mesmo. -----

Toma a palavra **Ana Sofia Branco**, do PSD, que relativamente ao ponto em análise, e no que respeita ao número de postos de trabalho regularizados através de concurso destinado à integração de trabalhadores precários, questionou quantos dos cento e quatro funcionários referidos na proposta se referem a novos postos de trabalho, e quantos são regularizados ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017. Relativamente ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, no âmbito da Lei n.º 112/2017, a proposta para 2018 era no sentido de se proceder à contratação de cinquenta e sete funcionários. Assim, questionou quantos destes foram efetivamente contratados, e se eventualmente



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

algum destes se encontra repetido na proposta de cento e quatro funcionários para o ano de 2019. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que assinalou que os valores associados às novas admissões não se encontram adequadamente inscritos no Orçamento da Junta de Freguesia. Frisou que na área da educação, foram admitidos trinta e sete novos colaboradores com contrato a termo incerto, pelo que se conclui que a Junta de Freguesia continua a promover internamente uma política de precariedade. Face ao exposto, declarou que o Bloco de Esquerda se irá abster na presente deliberação, e informou que posteriormente fará chegar uma declaração de voto por escrito à Mesa da Assembleia. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que ressalvando que das setenta e três contratações previstas, dezoito dizem respeito a quadros indiferenciados, perguntou se está previsto algum programa de acolhimento destes novos funcionários, ou se eventualmente estes já saberão à partida quais as funções que irão exercer, sendo preocupação do CDS-PP que todas as integrações se realizem da forma mais suave e tranquila possível. -----

Para resposta, toma a palavra **Mário Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que esclareceu que a contratação de cento e quatro colaboradores figura nos documentos como um objetivo, traduzindo-se naquilo que seria o quadro de pessoal ideal para a Junta de Freguesia, não sendo seguro que todos estes colaboradores sejam efetivamente contratados. Mais clarificou que não está previsto qualquer programa de acolhimento para os setenta e três funcionários com vínculo precário que serão integrados no quadro de pessoal, uma vez que estes irão continuar a exercer as funções que já exercem atualmente na Junta de Freguesia. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que ainda na sequência das declarações de voto referentes ao ponto deliberativo anterior, desafiou o Presidente da Mesa a provar a sua tese relativa a uma alegada combinação prévia de sentido de voto entre o Partido Socialista e o CDS-PP em relação ao Orçamento para 2019. Assegurou que não houve qualquer tipo de combinação, não deixando, porém, de mencionar ter recebido mensagens escritas de membros da Bancada do PSD a demonstrar disponibilidade para aprovar o Orçamento. Mais declarou que o Executivo não introduziu nenhuma alteração ao Orçamento por estar plenamente convicto da sua justeza e transparência, estando, no entanto, convencido de que o mesmo voltaria a ser rejeitado. Acrescentou que apenas teve oportunidade de ouvir as sugestões e as propostas da Bancada do CDS-PP uma vez que foi a única força política que se fez representar na dita reunião realizada no dia 3 de janeiro. -----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que desvalorizando de certa forma as declarações anteriores do Presidente da Mesa, por entender que estas se originam de uma manifesta imaturidade política, fez questão de frisar que a viabilização do Orçamento para 2019 não configura de forma alguma uma coligação entre o PS e o CDS-PP, cuja Bancada nunca abdicará de exercer a sua função de Oposição ativa, na fiscalização da atividade do Executivo. No seguimento da sua intervenção, criticou a postura altiva e arrogante pela qual, na sua opinião, se tem pautado a atuação do Presidente da Mesa na condução dos trabalhos da Assembleia de Freguesia, ao não responder aos requerimentos efetuados e ao beneficiar claramente a Bancada do PSD. Sendo democraticamente legítima a defesa das cores e ideais partidários, declarou que na política não pode valer tudo, e que essa defesa nunca se deveria sobrepor aos superiores interesses da comunidade de São Domingos de Benfica, pelo que uma vez mais deixou a pergunta sobre quais os contributos concretos da Bancada do PSD para o Orçamento da Junta de Freguesia para 2018, além da negociação de lugares na Mesa da Assembleia. -----

O **Presidente da Mesa**, em resposta, afirmou que pelo decurso dos acontecimentos torna-se óbvio que foi negociado um acordo entre o PS e o CDS-PP, o que não deixa de ser natural naquilo que é o teatro político. Acrescentou ser a única ilação que é possível retirar ao observar uma força política que criticava encarniçadamente o Orçamento apresentado, que encena o agendamento de uma reunião para uma data conveniente para discutir o Orçamento, e que na sessão seguinte vem viabilizar a aprovação do mesmo, sem que tenha sido introduzida qualquer alteração ao documento. Em conclusão, considerou ser positivo para a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e para a população que finalmente tenha vindo à tona esta aparente coligação entre o Partido Socialista e o CDS-PP. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que lamentou esta visão redutora do Partido Social Democrata, que aparenta não entender o conceito de acordo político, e acrescentou que se tivessem integrado a Assembleia de Freguesia desde 2013, facilmente perceberiam que o posicionamento do CDS-PP sempre foi de inviabilizar os Orçamentos apresentados pelo Partido Socialista, sem manobras ou espaço para negociação de cargos políticos, mas visando sempre acordos que permitissem a inclusão de propostas válidas e pertinentes para a comunidade de São Domingos de Benfica. Apontando o exemplo da proposta para criação da Rede de Cuidadores, assinalou que o PSD nada fez em prol dos seniores da freguesia nos últimos anos, sabendo-se à partida que caso tivessem apresentado propostas concretas, o CDS-PP votaria ao lado do PSD a favor da sua implementação. Concluiu reiterando as suas observações acerca da evidente imaturidade política da Bancada do PSD. -----



Antunes
df

Toma a palavra **Óscar Antunes**, do PS, não obstante a legitimidade do debate político, apelou ao Presidente da Mesa que deixe de lado a sua veia partidária e que recentre o debate no presente ponto da ordem de trabalhos. -----

O **Presidente da Mesa**, concordando com a pertinência de se recentrar o debate, lembrou não ter sido por sua iniciativa que voltaram à discussão temas como o Orçamento ou a obsessão pelo posicionamento político do PSD nesta ou noutras matérias. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que declarou que as medidas propostas pelo PSD para integrarem o Orçamento para 2018 foram apresentadas à Junta de Freguesia, sendo que qualquer elemento da Assembleia poderá requerer essa informação diretamente ao Executivo. Relativamente a uma suposta beneficiação da Bancada do PSD por parte do Presidente da Mesa da Assembleia em relação à cedência das gravações das sessões, explicou que, da sua parte, os requerimentos nesse sentido são sempre tratados diretamente com os serviços da Junta de Freguesia. Recentrando o debate na questão do Mapa de Pessoal, e ultrapassado o alegado constrangimento da não aprovação do Orçamento da Junta de Freguesia, questionou o Executivo sobre se este poderá garantir que todos os precários serão efetivamente integrados num razoável período de tempo. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que referindo-se à intervenção anterior, inicia a sua por confessar que não resiste em comentar para os presentes no auditório que deve ser a quingentésima décima terceira vez que o eleito Miguel Matias reproduz um cenário com a sua voz, etc., etc. Diz: *"Eu quero anunciar a esta Assembleia de Freguesia, para descargo de consciência, que eu sou homossexual, porque esta obsessividade, eu espero que não seja do foro sexual, para aqui não dá Miguel! Terás sempre a minha simpatia, mas aqui não dá! Não, palavra de honra, pela tua rica saúde, assim não dá! Porque eu respeito os homossexuais, não é isso que está em questão. Isto é patológico. Eu estou a ouvir isto não sei quantas vezes! Se quiseres podemos combinar um café de forma amigável, não há problema nenhum! Agora isto! Pela tua rica saúde, as pessoas bufam na bancada! Queres que eu assine um documento com isso, eu assino!"* -----

Toma a palavra **Mário Santos**, Vogal da Junta de Freguesia, que uma vez mais esclareceu que os procedimentos relativos à integração dos quadros não técnicos foram concluídos, pelo que, na sequência da aprovação do Orçamento, a admissão no quadro de pessoal irá concretizar-se nas próximas semanas, de acordo com os prazos normais da tramitação necessária. Relativamente à integração de quadros técnicos, devido às conhecidas condicionantes da Junta de Freguesia em termos de recursos humanos, tornou-se necessário solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa para a



Aut
D
df

constituição do júri do concurso, estando atualmente reunidas as condições para o lançamento do mesmo. Aproveitou para explicar que com a integração destes quadros técnicos, em futuros concursos já não haverá necessidade de a Junta de Freguesia recorrer ao auxílio da Câmara Municipal para constituição de um júri para objetivo similar. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2019 aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, e abstenções do PSD, CDS-PP, CDU e BE*). -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que apresentou uma declaração de voto, na qual referiu que o PCP, Partido da classe operária, defende a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Assim, e pelo segundo ano consecutivo, decidiu conceder ao Executivo da Junta de Freguesia um voto de confiança, tendo em consideração a intenção expressa de regularização das situações de vínculo precário que ainda subsistem na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. Manifestou a sua expectativa de que o Mapa de Pessoal apresentado constitua uma garantia real da criação de novos postos de trabalho. -----

3. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de Lisboa, no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) para o ano letivo 2018/2019 -----

Toma a palavra **Cristina Parente**, Vogal da Junta de Freguesia, que paralelamente à apresentação deste ponto, deixou uma sugestão à Assembleia de Freguesia, no sentido de elaborarem uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa para que a documentação referente aos protocolos celebrados com o Município possa ser enviada atempadamente, de modo a que possa ser atempada e convenientemente apreciada em sede de Assembleia de Freguesia. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) para o ano letivo 2018/2019 aprovada por unanimidade. -----

4. Discussão e deliberação sobre o Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de Lisboa, no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF) para o ano letivo 2018/2019 -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de Lisboa no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF) para o ano letivo 2018/2019 aprovada por unanimidade. -----



Handwritten signature and initials in the top right corner.

5. Discussão e deliberação sobre o protocolo de colaboração a celebrar com LXC-Academia de Ciclismo de Lisboa, Associação (LXCycling) -----

Toma a palavra **Paulo Silva**, Vogal da Junta de Freguesia, que apresentando este ponto, explicou tratar-se de um protocolo firmado com uma associação sediada na freguesia – que em parceria com a Junta de Freguesia tem promovido diversos eventos – que visa o desenvolvimento da atividade de ciclismo junto da população e da comunidade escolar. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que se congratulou com o facto de o presente protocolo ir ao encontro daquilo que é o entendimento do CDS-PP de que todas as parcerias estabelecidas com associações deveriam subentender uma partilha de responsabilidades, devendo a Junta de Freguesia de alguma forma ser ressarcida – através do pagamento de uma renda, assunção de despesas de manutenção e limpeza, ou parceria no desenvolvimento de determinadas atividades – pela cedência de instalações próprias. Lembrou que o CDS-PP rejeitou em sessão anterior o protocolo assinado com a Casa da Cidadania, exatamente porque não previa esta partilha de responsabilidades, pelo que propôs que este mesmo princípio seja paulatinamente aplicado a todos os protocolos anteriormente firmados e que sejam passíveis de ser alterados neste sentido. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que referiu que no protocolo não se encontra prevista a participação da Junta de Freguesia naquilo que são as despesas relativas à atividade da associação, não estando contemplada a habitual comparticipação financeira que a Junta de Freguesia atribui, de acordo com os planos de atividades apresentados pelas diferentes associações, pelo que questionou se o protocolo se cinge apenas à concessão do espaço. -----

Toma a palavra **Miguel Matias**, do PSD, que solicitou esclarecimentos acerca das áreas e atividades envolvidas neste e no próximo protocolo a apreciar pela Assembleia de Freguesia, uma vez que à LXCycling são cobrados cinquenta euros (50,00€) por mês, mas aos escuteiros são cobrados sessenta e cinco euros (65,00€). -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que esclareceu que o protocolo mencionado foi unanimemente aceite pela Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e Escuteiros, tendo sido previsto o valor mínimo que a Câmara Municipal usualmente cobra às associações. Acrescentou que a Junta de Freguesia cumpriu integralmente a sua parte do acordo, procedendo à requalificação da denominada Casa de Função. Em relação à LXCycling, os cinquenta euros (50,00€) cobrados reportam-se ao montante que a Junta de Freguesia paga à Câmara Municipal de Lisboa pela cedência do espaço em que outrora funcionou uma Loja Social. -----



Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de protocolo de colaboração a celebrar com LXC-Academia de Ciclismo de Lisboa, Associação (LXCycling) aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e CDU, e abstenção do BE*). -----

6. Discussão e deliberação sobre o protocolo de colaboração a celebrar com Corpo Nacional de Escutas (C.N.E.) – Escutismo Católico Português, Agrupamento 705 São Domingos de Benfica -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que na sequência da leitura e análise do presente protocolo, questionou se a Junta de Freguesia prevê continuar com uma cedência a título precário, e a que é que se deve a cláusula do protocolo que prevê a desocupação do espaço caso o Corpo Nacional de Escutas não o utilizar num período de cento e oitenta dias. Perguntou igualmente se o protocolo contempla uma comparticipação financeira da Junta de Freguesia naquilo que são as naturais despesas associadas à execução do plano de atividades do Corpo Nacional de Escutas. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que sugeriu ao Executivo a retirada desta proposta, uma vez que nas conversas informais que tem mantido com os escuteiros, estes têm transmitido que os termos do protocolo não estarão em conformidade com aquilo que terá sido anteriormente acordado, sendo eventualmente possível chegar a um consenso através do diálogo. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que referiu que a intervenção da representante dos Escuteiros na última Assembleia de Freguesia lançou sérias dúvidas sobre o período de tempo de que os Escuteiros efetivamente dispuseram para analisar o protocolo em causa, tendo ficado patente que embora estivessem na disposição de o aceitar, este não iria totalmente ao encontro das suas expetativas. -----

Para resposta, toma a palavra **João Dias**, Vogal da Junta de Freguesia, que informou que tem estado em contato permanente com a representante dos Escuteiros, Gabriela Almeida, tendo sido realizada uma reunião na Junta de Freguesia, com a presença do advogado do Agrupamento de Escuteiros, em que o protocolo apresentado foi unanimemente aceite, apenas com a reserva de o mesmo ter de ser apreciado pelo Corpo Nacional de Escutas. Respondendo ao eleito Luís Vieira da Silva, indicou que desde a referida sessão da Assembleia em que a representante dos Escuteiros interveio, o Agrupamento de Escuteiros teve tempo suficiente para analisar o protocolo e para se pronunciar, caso fosse seu entendimento que o mesmo não refletia os termos anteriormente acordados. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que perguntou concretamente se existirão implicações negativas para ambas as partes caso a proposta seja retirada e apreciada na próxima Assembleia de Freguesia a realizar no mês de abril. -----



Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que esclareceu que o Agrupamento de Escuteiros tinha inicialmente exigido um conjunto de questões – como a colocação de um contentor e de uma vedação – que não sendo exequíveis, atendendo à área em que as instalações se encontram implantadas, foram liminarmente rejeitadas pela Câmara Municipal de Lisboa. Uma vez mais reiterou que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica cumpriu integralmente a sua parte do acordo, naquilo que foi a intervenção nas instalações da denominada Casa de Função. Mais explicou que adiar a aprovação do presente protocolo até abril terá implicações, uma vez que a Câmara Municipal de Lisboa já delegou este protocolo na Junta de Freguesia, tendo o Agrupamento de Escuteiros ficado visivelmente agradado com as instalações e particularmente com a zona envolvente ao edifício. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que clarificou que o pedido para o adiamento desta decisão não se prende com o estado das referidas instalações, mas sim com o facto de o Corpo Nacional de Escuteiros aparentemente ainda não se ter pronunciado acerca do protocolo em apreço. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de protocolo de colaboração a celebrar com Corpo Nacional de Escutas (C.N.E.) – Escutismo Católico Português, Agrupamento 705 São Domingos de Benfica aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS e PSD, voto contra do BE, e abstenções do CDS-PP e CDU*). -----

7. Discussão e deliberação sobre o protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação Benfica, no âmbito do projeto “Para ti Se não faltares!”. -----

O **Presidente da Mesa**, enquanto sócio do Sport Lisboa e Benfica, considerou-se impedido de participar na discussão e votação do presente ponto, pelo que a condução dos trabalhos foi temporariamente assumida pelo 1.º Secretário da Mesa. -----

Toma a palavra **Amílcar Santos**, do PS, que passou a apresentar os fundamentos deste projeto, implementado através de um protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e a Fundação Benfica, com a colaboração do Agrupamento de Escolas das Laranjeiras, no ano letivo 2015/2016 – altura em que ainda não existiam projetos consolidados de *coaching* e motivação, sendo que no ano seguinte vieram a ser aprovados pelo Ministério da Educação os projetos de tutorias nas escolas, que vieram complementar este projeto “Para ti se não faltares!”. Explicou que este projeto visa combater o problema real do absentismo escolar, alavancando paralelamente o sucesso escolar e os níveis de aprendizagem, dando uma resposta às lacunas dos estabelecimentos de ensino nesta área específica. Em cada um dos três anos em que este projeto foi executado, foram envolvidos mais de sessenta alunos, com a inestimável cooperação dos pais e encarregados de educação, numa matriz de



Handwritten signature and initials in the top right corner.

colaboração voluntária, tendo sido alcançados resultados amplamente satisfatórios, com níveis de absentismo e problemas disciplinares praticamente reduzidos a zero. Sublinhou o acolhimento das escolas a este projeto, bem como o envolvimento dinâmico de professores e outros profissionais, que contribuíram sobremaneira para o sucesso deste projeto ganhador, o qual foi largamente escrutinado e avaliado, com reuniões trimestrais participadas por todos os intervenientes, em que foram apresentados os resultados da evolução deste projeto. O projeto contemplava igualmente um fator motivacional que se traduzia em recompensas de acordo com os resultados alcançados, através de um trabalho alicerçado em sessões de *coaching*, aulas de apoio ao estudo e uma forte componente desportiva. Atendendo ao sucesso alcançado, alunos, respetivas famílias e a comunidade escolar almejam que este projeto estruturante volte a ser implementado. -----

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que não colocando em causa o objetivo meritório do projeto em causa, argumentou que o cabeçalho da proposta refere que não se aplica verba orçamental em 2018, estando previsto no protocolo o pagamento anual de vinte mil euros (20.000,00€), pelo que perguntou se se poderá concluir que a globalidade da verba será paga em 2019, e em caso afirmativo, indicou que a Junta de Freguesia terá que retificar o Ponto n.º 2.2 do protocolo, para que fique condicente com a realidade. Sendo que no presente ano letivo a primeira tranche deveria ter sido transferida no mês de novembro, questionou se efetivamente foi realizada essa transferência de verbas. -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que na sequência das explicações dadas pelo eleito do Partido Socialista, questionou se este projeto havia sido interrompido e se o seu restabelecimento estará dependente da aprovação do presente protocolo, frisando subsistirem algumas dúvidas acerca do mesmo, uma vez que terão sido distribuídas pelos serviços duas versões do mesmo protocolo. Neste sentido, solicitou esclarecimentos acerca dos montantes financeiros envolvidos neste protocolo. -----

Toma a palavra **Ana Cortes**, do Bloco de Esquerda, que indagou quais os parceiros estratégicos previstos e que contribuirão para a concretização do protocolo. -----

Para responder às questões suscitadas, toma a palavra **Amílcar Santos**, do PS, que começando por responder ao eleito Luís Vieira da Silva, explicou que embora o projeto seja primariamente direcionado para os alunos que contribuem para a elevada taxa de absentismo escolar, a pedagogia subjacente implica a constituição de grupos que também são integrados por alunos com excelente desempenho escolar, que se constituem como exemplo e fator de ajuda aos outros alunos, num espírito de motivação entre pares. Respondendo à eleita Ana Cortes, indicou que o protocolo é celebrado entre a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e a Fundação Benfica, sendo



Handwritten signature and initials

que as ofertas e atividades desportivas estão incluídas nesta prestação de serviços, por força de uma estrutura agregada a um clube parceiro. Referiu que o projeto “Para ti se não faltares” se insere num conjunto alargado de iniciativas – que também incluem a realização de palestras, visitas às escolas por psicólogos, entre outras – que se congregam para potenciar o sucesso escolar dos alunos na comunidade. Esclareceu que, de facto, este projeto não foi implementado no corrente ano letivo, estando o presente protocolo em discussão exatamente para que o mesmo venha a ser restabelecido. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que respondendo à questão concreta colocada pelo eleito Luís Vieira da Silva, explicou que, de facto, não foi transferida ainda qualquer verba, uma vez que os protocolos só podem ser validados pela Assembleia de Freguesia. O protocolo prevê a transferência de uma verba de vinte e cinco mil euros (25.000,00€), distribuídos por duas tranches de doze mil e quinhentos euros (12.500,00€), a liquidar em novembro e março de cada ano letivo. Face aos resultados evidentes deste projeto, sumariamente explanados pelo eleito Amílcar Santos, declarou que não há dinheiro que pague a motivação dada a um jovem aluno para que potencie a sua aprendizagem e sucesso escolar. Clarificou, no entanto, que a verba despendida se destina à prestação de serviços de um conjunto de monitores credenciados, que fazem um acompanhamento próximo da evolução destes alunos. Convidou todos os membros da Assembleia a comparecer a uma futura cerimónia de entrega de prémios aos alunos, no âmbito deste projeto, de forma a poderem testemunhar em primeira mão a felicidade pelos resultados alcançados. -----

Toma a palavra **Luís Ribeiro**, do CDS-PP, que lançou o desafio ao Executivo para que no próximo ano possa elaborar um relatório que explane concretamente quais as atividades implementadas no âmbito deste projeto, bem como o número de alunos envolvidos e os resultados obtidos, por comparação com a situação inicial. Além disso, questionou as razões pelas quais a verba destinada a este projeto foi reduzida de quarenta mil (40.000,00€) para vinte e cinco mil euros (25.000,00€). -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, do PSD, que declarou que a sua intervenção anterior não tinha por objetivo colocar em causa o mérito do projeto, mas apenas perceber quais as atividades em que é aplicada a verba transferida. Exatamente por se entender ser um projeto de extremo mérito e importância, reforçou a questão deixada pelo eleito do CDS-PP, acerca dos fundamentos que sustentaram a redução da verba destinada a este projeto. -----

Toma a palavra **Alexandra Jóia**, do CDS-PP, que questionou se este projeto se destina a todos os alunos do Agrupamento Escolar, tendo sido esclarecido que abrange apenas a Escola Delfim Santos. -----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Toma a palavra **Nuno Brito**, do CDS-PP, que afirmou que, não obstante se tratar de um projeto meritório, o mesmo deverá ser gerido com rigor no que respeita à verba que lhe é destinada. -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que explicou que a preocupação social da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica não fica espelhada apenas neste projeto, mas também em outras iniciativas levadas a cabo durante o ano, dando o exemplo da colaboração prestada à Associação Acreditar. Disponibilizou-se para fazer chegar aos membros da Assembleia uma listagem das instituições com quem a Junta de Freguesia colabora regularmente nesta área. Mais explicou que devido às condicionantes financeiras da Junta de Freguesia, foi proposto à Fundação Benfica um reajustamento do programa, enquadrável com um investimento na ordem dos vinte e cinco mil euros (25.000,00€) anuais, o que permitiu à Junta de Freguesia manter este projeto, embora reduzindo o número de monitores. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação Benfica, no âmbito do projeto "Para ti Se não faltares!" aprovada por maioria (*votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE, e abstenção da CDU*). -----

8. Informação Escrita do Presidente da Junta relativa ao 4º trimestre de 2018 -----

Toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que passou a destacar alguns dos aspetos mais relevantes da sua informação escrita, começando por fazer referência ao desenvolvimento de um projeto da área da ação social, em articulação com a Santa Casa de Misericórdia, Câmara Municipal de Lisboa, PSP e uma IPSS, de combate à solidão dos cidadãos seniores, muitas vezes confinados aos seus lares por variadas razões, com dois técnicos que procedem a um acompanhamento próximo e a contatos regulares. Manifestou a intenção de criar alguns grupos de trabalho que possam contribuir para o objetivo deste projeto, reduzindo à expressão mínima a solidão e o isolamento nesta faixa etária. Em seguida, falou sobre a ambição de retomar o projeto da Caixa Bebê, que visava fomentar a natalidade na Freguesia de São Domingos de Benfica através da atribuição de um *kit* de acessórios, com um valor estimado de cerca de duzentos e cinquenta euros (250,00€). Informou que o Almoço de Natal + 55, que a Junta de Freguesia tem vindo a realizar nos últimos dois anos, terá lugar no Marriot, que apadrinha vários dos eventos da freguesia, tendo-se igualmente estabelecido como um parceiro importante num projeto turístico que será apresentado em breve, e que visa divulgar as zonas de interesse turístico da Freguesia de São Domingos de Benfica. Deixou um convite para que todos os presentes possam comparecer à inauguração do parque infantil na Quinta da Alfarrobeira, no dia 7 de fevereiro, data em que se celebra o aniversário da Freguesia. Estando em vias de se iniciar a segunda fase do projeto da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Quinta da Alfarrobeira, fez questão de vincar que a Junta de Freguesia não despendeu um cêntimo na execução do mesmo, uma vez que esta obra foi protocolada com a Câmara Municipal de Lisboa, que assume os respetivos encargos financeiros. Perante as críticas apontadas pela Bancada do PSD relativamente às opções políticas tomadas, expressou o seu pleno orgulho e contentamento pelo resultado da obra realizada num espaço que durante largos anos esteve votado ao abandono, e que agora apresenta uma enorme qualidade, estando totalmente disponível para fruição dos fregueses. Relativamente ao Mercado de São Domingos de Benfica, informou que a empresa a quem tinha sido adjudicada a obra faliu. Assegurou, no entanto, que as obras serão retomadas num prazo de dois meses, estando a ser negociadas com a Câmara Municipal de Lisboa as responsabilidades financeiras da sua execução. -----

Às zero horas e quarenta minutos, o **Presidente da Mesa** submeteu à consideração do plenário a possibilidade de os trabalhos continuarem para além do horário regimentalmente estabelecido, a qual foi rejeitada, encerrando-se por aqui o debate sobre este ponto da ordem de trabalhos. -----

Em seguida, o **Presidente da Mesa** submeteu à consideração do plenário a aprovação em minuta das deliberações constantes dos Pontos n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 da ordem de trabalhos da presente Assembleia, sendo aprovada por unanimidade. -----

Pelas zero horas e quarenta e cinco minutos, o **Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica** deu por encerrados os trabalhos. -----

O Presidente da Mesa

O 1º Secretário

Pedro Amaral e Almeida

Luís Filipe Gomes Ferreira

Luís Filipe Gomes Ferreira

A 2ª Secretária

Deldina Filomena Fontes Barroso

Deldina Filomena Fontes Barroso



Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

29 de Abril de 2019

Declaração de voto

"Ata da sessão extraordinária (17-01-2019)"

O CDS-PP, vota contra o documento em questão, "Ata da sessão extraordinária (17-01-2019)" por esta não descrever na totalidade os factos ocorridos.

Lamentamos que este documento não contemple a intervenção do eleito do CDS-PP, Nuno Brito que manifestou em assembleia de freguesia partilhar a sua orientação sexual atendendo à obsessividade que o eleito do PSD, Miguel Matias tem revelado em quase todas as sessões desde o início da legislatura visando o autarca do CDS-PP.

Lisboa, 29 de Abril de 2019

Grupo do CDS-PP - São Domingos de Benfica
Alexandra Joia, Nuno Brito, Luís Vaz